



Os Cinta Larga, os diamantes e os conflitos: uma cronologia

Equipe Povos Indígenas no Brasil

Ocupando uma área de 2,6 milhões de hectares nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, a Terra Indígena Roosevelt possui um raro kimberlito - rocha vulcânica onde é encontrado o diamante - que, segundo estudo da CPRM (Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais, órgão do Ministério das Minas e Energia), é único no país, podendo gerar uma mina industrial de diamante de gema com capacidade para produzir, no mínimo, um milhão de quilates de pedras preciosas por ano, o que representa uma receita anual de US\$ 200 milhões.

A extração mineral em Terra Indígena é ilegal e depende da regulamentação do Congresso Nacional. Mas a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e o serviço de inteligência da PF estimam que US\$ 20 milhões em diamantes da Roosevelt saiam ilegalmente do País. Essa terra é considerada uma das dez maiores minas de diamante do mundo e está incluída na rota dos grandes traficantes internacionais de pedras. O garimpo ilegal do rio Roosevelt atrai ladrões de pedras, prostitutas e traficantes para a região. Já provocou a morte de pelo menos cem garimpeiros, índios e contrabandistas nos últimos dois anos, e é responsável por sérios danos ambientais, tais como o assoreamento do Rio Roosevelt.

Veja abaixo uma **cronologia do contato e dos conflitos envolvendo os Cinta Larga**

1915

Data de maio deste ano o encontro do grupo com a turma de exploração do rio Ananaz, da Comissão Rondon, nas terras do atual Parque do Aripuanã.

1919

Encontro das tropas do Marechal Rondon com "Selvícolas do Aripuanã" acima da cachoeira "Inferna".

Em fins da década de 1910 o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) instalou um posto para atender aos índios que habitavam os rios Aripuanã, Castanho (ou Roosevelt) e Ji-Paraná, notificando a forte presença indígena em toda a região.

1928

Massacre de uma aldeia Cinta Larga por um bando de seringueiros, chefiados por Julio Torres, sob ordens do seringalista peruano Dom Alejandro Lopes, que dominava o rio Aripuanã e havia instalado o seu "barracão no salto de Dardanelos" (atual cidade de Aripuanã). A aldeia era dos índios "Iamé" (*yamên* é a forma usual de tratamento entre os Cinta

Larga). O caso foi denunciado ao inspetor do SPI à época, Bento Martins de Lemos, que procedeu a um inquérito, com poucos resultados.

1950

Durante os anos 50 vários conflitos se deram entre índios contra seringueiros e garimpeiros na região do rio Roosevelt. Em meados da década, o território indígena sofreu invasão crescente de firmas seringalistas e empresas de mineração, quadro que se agravou com a inauguração da estrada Cuiabá Porto-Velho (BR-364) em 1960.

1951

Em maio, uma tropa de garimpeiros, a serviço do seringalista Marcos Luz, foi atacada pelos índios nas imediações do Rio Roosevelt, quando regressava de Barão de Melgaço a Campos Novos.

1954

Em junho, o encarregado do posto Pirineus de Souza, telegrafou à sede do SPI em Cuiabá, comunicando que "índios Tupis" haviam atacado a estação José Bonifácio. Foram repelidos com a ajuda de índios Sabanês (Nambiquara) que lá se encontravam, dentre os quais seis foram mortos, e um guarda-fio foi flechado. Um dos atacantes morreu e outros fugiram feridos.

1958-1962

Os assaltos às aldeias Cinta Larga continuaram, havendo registros de sistemáticas expedições punitivas.

1963

Houve duas expedições neste ano organizadas por Francisco de Brito, que trabalhava para a firma seringalista Arruda & Junqueira. Na primeira, Brito alugou um avião e jogou açúcar envenenado e dinamite sobre uma aldeia Cinta Larga que estava no meio de uma festa. A segunda expedição foi em julho de 1963 e saiu da sede da firma Arruda & Junqueira, situada na confluência do rio Juina Mirim com o Juruena (atual vila de Fontanillas). Andaram mais de dois meses pela mata, seguindo as picadas dos índios e sendo abastecidos de alimentos e munições jogados por avião. Passaram por diversos acampamentos e aldeias Cinta Larga recém abandonados, mas somente foram encontrá-los às margens do Aripuanã, empenhados na construção de uma nova aldeia, na altura do Paralelo 11°. Foram mortas cerca de sete pessoas com requintes de crueldade. Uma mulher foi pendurada viva e cortada ao meio com facão. O massacre foi divulgado quando Atayde Pereira dos Santos, um dos participantes, não tendo recebido o pagamento prometido, compareceu à sede da inspetoria do SPI em Cuiabá para denunciar o caso e apontar seus mandantes. O crime teve repercussão internacional, mas os mandantes dos crimes não foram punidos.

1965

Em fevereiro se deu o início do contato oficial. Cerca de 60 Cinta Larga acamparam nas proximidades da antiga estação telegráfica, trocaram presentes e assistiram a uma partida de futebol. Segundo o padre Ângelo Spadari, então pároco naquela vila, um rapaz chegou na casa do

telegrafista aposentado Marciano Zonoecê, da etnia Pareci, e, tremendo, apertou a barriga como sinal de fome. O telegrafista trouxe farinha e açúcar, e logo os outros Cinta Larga aproximaram-se em pequenos grupos. O destacamento da FAB, situado a seis quilômetros, foi avisado da chegada dos índios e mandou um caminhão-caçamba com mantimentos, "bugigangas e curiosos. Os Cinta Larga permaneceram no posto até quase meia-noite, recolhendo-se aos poucos.

Em Junho, o comandante do destacamento da FAB notificou vestígios deixados pelos Cinta Larga nas cabeceiras do Iquê, a poucos quilômetros de Vilhena, presumindo que andassem em excursões de caça.

1966

Em uma tarde de maio, cerca de vinte Cinta Larga vieram caminhando pelo picadão da linha telegráfica e foram recebidos amistosamente pelas famílias de Marciano, pelo boliviano Victorio Garcia e por Anízio Ribeiro da Silva, apelidado Parazão, trabalhador do 5º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção). Um disparo acidental de um caçador que vinha no caminhão de BEC para confraternizar com os visitantes provocou uma resposta repentina dos Cinta Larga, que flecharam mortalmente Parazão e seu cachorro, ferindo ainda o boliviano Victorio e a filha de Marciano, Florência. Esta reagiu a tiros de espingarda. Com a chegada do caminhão, os Cinta Larga fugiram.

Em Julho é tomada a primeira providência oficial para resguardar o território Cinta Larga, configurada no edital publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 14/07, que declarava Área Indígena "circunscrita entre os paralelos 10º e 11º e meridianos 59º e 60º, vertentes do rio Aripuanã". Essa área era parte do território ocupado tradicionalmente pelos Cinta Larga.

1967

Em Fevereiro, os Cinta Larga flecharam duas mulheres no seringal São Francisco, na estrada BR-364, na altura do Igarapé Barão de Melgaço. Posteriormente foram rechaçados a tiros quando atacaram seringueiros às margens desse igarapé, tendo seus corpos queimados e entregues aos cães.

1968

Em Maio uma turma de sete homens, contratados pelo seringalista José Milton de Andrade Rios para a pesquisa mineral, foi cercada por dezenas de Cinta Larga nas imediações do Rio Roosevelt. Os mineradores estavam fortemente armados e mataram dez índios, perdendo apenas o mateiro apelidado Paraguai. No mesmo mês, a oeste, os Cinta Larga foram atacar o acampamento do garimpeiro Raul Moreda (muito conhecido na região por "Raul Espanhol"), às margens do Aripuanã, próximo ao campo 21. Morreu o garimpeiro Constantino Borges e três outros foram flechados. Os Cinta Larga carregaram ferramentas, utensílios, roupas e mercadorias, jogando as espingardas na água. Segundo antigos moradores de Aripuanã, ao contrário do que declarou, Raul Espanhol buscou reforços no acampamento do seu comparsa Manelão, causando muitas baixas entre os índios.

Neste mesmo ano tem início a "Operação Cinta Larga", que consistia em um plano de "pacificação" do grupo, contando com a colaboração estadual e municipal, sob o comando geral de Hélio Bucker, chefe da 6ª Inind. A operação desdobrou-se em duas frentes. Uma delas foi liderada pelo sertanista Francisco Meirelles e concentrou-se na região de Riozinho e Cacoal, em Rondônia, resultando no contato com os Índios Suruí que ali viviam. A outra frente foi encetada pelo sertanista João Américo Peret e visava atingir os índios do vale do Aripuanã. Através do Decreto presidencial nº62.995 de 16/07/1968, a área entre o rio Juruena e o Roosevelt foi interdita para fins de pacificação dos Cinta Larga e outros grupos.

1969

A recém-criada Funai cria o subposto Roosevelt, dividindo o pólo de atração com o posto Sete de Setembro. No início os Cinta Larga foram confundidos com uma etnia que já freqüentava o posto Sete de Setembro, os Suruí.

Em 23 de Julho foi criado o Parque Indígena do Aripuanã (Decreto nº 64.860), atendendo aos mesmos limites da área interdita pelo decreto anterior, "com a característica principal de área reservada aos índios Cintas-Largas e Nambikwara, para os efeitos do artigo 186 das Constituição". Com isto, garantia-se parcela significativa do território cinta larga e possibilitava-se à Funai desenvolver seus trabalhos na área.

1971

Em fins desse ano, os Cinta Larga mataram dois funcionários da Funai, Possidônio Bastos, ex-jornalista que há pouco chefiava o subposto, e o rádio-telegrafista Acrísio Lima. Na versão de um Cinta Larga, um garimpeiro compareceu a uma festa na aldeia, mas foi impedido de "namorar" uma das índias e teria passado veneno no pilão de fazer *chicha* (bebida fermenta tradicional à base de mandioca ou milho). Em vingança os índios atacaram o acampamento onde a Funai se instalara recentemente. Na visão dos Cinta Larga, o envenenamento seria a explicação mais plausível para a epidemia de gripe, doença até então desconhecida entre eles, que dizimou a população de várias aldeias.

1972

Em dezembro houve a primeira visita ao Posto Indígena Roosevelt. Um grupo formado por sete rapazes, uma moça e uma criança, encontrou-se com funcionários a 200 metros da pista de pouso. Falas, danças, comida e troca de presentes fizeram parte do encontro.

1973

Em fins de Janeiro um grupo mais numeroso chegou desarmado ao posto, recebendo panelas, calções, canecos, facas, facões. Partilharam comida e insistiram para casar uma mulher idosa e outra adolescente com os dois funcionários do posto, buscando assim estabelecer relações pacíficas.

Desde outubro, os Cinta Larga passaram a freqüentar a margem esquerda do Rio Aripuanã, no lado oposto à vila de Aripuanã. A população local ficou temerosa. Em certa ocasião os índios deixaram presentes, que foram encontrados pela equipe de botânica do Inpa que realizava estudos na região da margem esquerda do rio, próximo ao salto das Andorinhas. Os

técnicos retribuíram, colocando no local presentes que consideravam úteis e duas bandeiras com símbolos do Projeto Aripuanã, que foram recolhidos pelos índios.

1974

No dia 12 de janeiro de três guerreiros Cinta Larga, com suas mulheres e crianças, entraram na vila distribuindo colares, cocares e outros enfeites àqueles que iam encontrando, procurando assim iniciar relações de amizade.

O Decreto nº 73.563 de 24/01/1974 altera os limites do Parque Indígena, estabelecendo o rio Aripuanã como seu limite leste. Mas, no mesmo dia, o Decreto nº 73.562 interditou duas áreas contíguas aos limites do Parque, diminuindo ainda mais sua extensão.

Poucos meses após a primeira visita, um grupo de 69 Cinta Larga visitou Aripuanã. Foram recebidos pelos moradores com aguardente, fumo, roupas velhas e o pouco de comida que ainda existia por ali, na disputa por seus colares, pulseiras, redes e armas. Os índios acabaram contraindo gripe. Ao voltarem para a floresta, a doença se alastrou, resultando na morte de quase metade da população Cinta Larga dessa região.

1976

Descoberta de ouro em um dos córregos do rio Branco. Pouco depois os garimpeiros se transferiram para o igarapé Jurema, afluente do Ouro Preto. A exploração de ouro teve altos e baixos, porém atraiu a atenção dos Cinta Larga. Alguns que moravam a pouco mais de 30 Km passaram a freqüentar o local.

1979-1980

Por volta dessa época uma firma norte-americana (Amcon Mining) havia comprado os direitos sobre área "descoberta" em 1976, garimpo Ouro Preto, iniciando suas atividades de pesquisa.

1984

Retirada do garimpo Ouro Preto e a instalação de um Posto Indígena da Funai com a ocupação das instalações do antigo garimpo.

1987

Em meados deste ano, os garimpeiros voltaram para área, comprando os índios com mercadorias, transporte e participação na extração do ouro. A direção da Funai era cúmplice nesse processo, havendo denúncias de subornos e corrupção.

1991

Um grupo de índios Cinta Larga teria invadido a Fazenda Damiani, em Duas Barras, na cidade de Juína (MT). Da invasão resultaram as mortes de quatro pessoas e o desaparecimento de um menor de uma mesma família. Os índios Aristino Siqueira Churapi, da etnia Bakairi, e Ricardo Vieira Cinta Larga teriam liderado o grupo. Ambos foram denunciados pelo Ministério

Público de Mato Grosso por homicídio qualificado (em 2004, o crime ainda estava em julgamento em instância federal).

1999

Descoberta a jazida de diamantes na TI Roosevelt e início da sucessão de conflitos e mortes.

2000

Invasão das terras e criação de um mega garimpo de diamantes, cujo principal foco é a TI Roosevelt, mas que se alastrou para outras TIs dos Cinta Larga: Serra Morena, Aripuanã e Pq. Aripuanã, como também para as terras dos Suruí, Zoró, Gavião, Arara, Nambikwara e os Arara de Aripuanã.

2001

Em Fevereiro, houve a retirada de cerca de mil garimpeiros da TI Roosevelt pela Polícia Federal.

Em Setembro, Carlito Cinta Larga denuncia ao Ministério Público a exploração ilegal de madeira nas terras cinta larga. Depois das denúncias, a Polícia Federal mandou uma equipe à região para investigar mas não encontrou ninguém. Os agentes acharam apenas uma balsa e a afundaram a tiros. De pouco adiantou, já que na semana seguinte a balsa estava de novo em funcionamento.

No mês seguinte, sete caminhões carregados com mangueiras, tubulações, motores, tambores de óleo diesel, tratores, fogões e 11 mil metros de tubos foram retirados da TI Roosevelt e colocados no pátio do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). A retirada do material foi parte de uma das operações realizadas pela Polícia Federal, Funai, DNPM e Ibama para retirada dos garimpeiros.

Na noite de 19 de Dezembro Carlito Cinta Larga foi assassinado a tiros, de tocaia, quando chegava em sua casa, na cidade de Aripuanã, próximo à área do garimpo da TI Roosevelt. Líder indígena de 28 anos, filho do cacique Mario Parakida, da aldeia Taquaral, era ele quem negociava a madeira de seu pai com os madeireiros.

Em 24 de dezembro lideranças indígenas, vereadores e autoridades do município de Aripuanã encaminharam um abaixo-assinado ao presidente da Funai solicitando providências pela morte de Carlito Cinta Larga.

2002

No dia 9 de Janeiro foram presos oito suspeitos de terem participado da morte de Carlito.

Em 28 de fevereiro, foi assassinado César Cinta Larga em Espigão D'Oeste (RO) próximo à área do garimpo da TI Roosevelt. César morreu por afogamento e teve uma das mãos decepadas, provavelmente sendo torturado antes de morrer.

Ao longo do mês de março, várias reuniões foram feitas entre a Funai, o Ibama, o Ministério da Justiça, a Presidência da República, a Procuradoria da República e a Secretaria de Direitos Humanos. O caso foi levado a uma reunião do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana.

Em 21 de Março tem início a operação de expulsão de cerca de 2.500 garimpeiros da TI Roosevelt, em que índios e policiais federais se uniram para combater o garimpo clandestino. Nessa operação foram apreendidos 4 Jipes Toyota, 1 caminhão e 2,5 mil litros de óleo diesel, ao lado de mais de 2.000 pedras de diamante periciadas no Instituto Nacional de Criminalística (INC).

No dia 20 de Abril foram presos quatro caciques cinta larga: Nacoça Pio, João Cinta-Larga, Alzac Tataré e Amaral, acusados de homicídio, favorecimento de garimpo ilegal, degradação ambiental e porte ilegal de armas. Todos habitam a TI Roosevelt. Os quatro caciques presos são exatamente os mesmos que lideraram a mudança de posição dos índios Cinta-Larga em relação ao garimpo, passando a ser contra a atividade.

Os caciques foram soltos após passarem seis dias recolhidos na carceragem da Polícia Federal, em Porto Velho (RO). No mesmo final de semana, o garimpo TI Roosevelt foi invadido por garimpeiros que dali haviam sido retirados. O saldo da invasão, não confirmado oficialmente, seria de 4 garimpeiros mortos e 28 feridos.

Em 26 de Abril, o jornal "O Estadão do Norte", de Rondônia, publicou reportagem em seu site informando que o ex-prefeito de Ariquemes, Ernandes Amorim, também ex-senador cassado, estava incitando os garimpeiros a invadir novamente o garimpo.

No dia 7 de Junho, ONGs enviam carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso contra o Projeto de Lei 1610, de autoria do Senador Romero Jucá, que trata da Mineração em Terras Indígenas. O documento alerta, entre outras, para as perdas que as comunidades indígenas irão sofrer, além dos danos ambientais, caso o PL seja transformado em lei.

Entre 14 e 16 de Junho, lideranças das diversas Terras Indígenas Cinta-Larga estiveram reunidas em Cacoal (RO), quando decidiram que os próprios índios deveriam cuidar da exploração mineral e da preservação ambiental em suas terras. A garimpagem seria levada a cabo pela Associação Indígena Pamaré.

2003

De Janeiro a Agosto efetiva-se a desintrusão do garimpo.

Em Junho, um Relatório sobre Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais (DhESC) denuncia o caso do povo Cinta-Larga.

No final de Julho, por meio da Medida Provisória nº125, o governo brasileiro instituiu o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley (SCPK), mecanismo internacional de certificação de origem de diamantes brutos

destinados à exportação e à importação. Na exportação, o Processo de Kimberley visa impedir a remessa de diamantes extraídos de áreas de conflito ou de qualquer área não legalizada perante o DNPM.

Em Outubro, garimpeiros ameaçam invadir a área. A Comissão Parlamentar de Direitos Humanos visita aldeia Roosevelt. Índios se queixam do assédio e da violência a que estão expostos e dizem que irão resistir às invasões.

No dia 12 de Novembro, a CPI para investigar o garimpo, formada por representantes da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, entrega ao Ministro da Justiça, junto com o relatório final, uma carta apontando as irregularidades que vinham ocorrendo na área e a tragédia que poderia acontecer caso não fossem tomadas providências urgentes. Na carta é observado que a complexidade do quadro era muito maior do que se imaginava e que, em razão de competências federais específicas (envolvendo órgãos como a Funai, Polícia Federal, DNPM e Ibama), os problemas não poderiam ser resolvidos no âmbito estadual. Os relatores pedem inclusive a intervenção do exército nas TIs Cinta Larga e citam que os principais responsáveis pelas invasões e extrações ilegais do diamante são os próprios índios e funcionários da Funai. A CPI, no entanto, foi encerrada sem ouvir nenhum Cinta Larga.

Entre 16 e 18 de Novembro, houve a visita de Jean-Pierre Leroy, Relator Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, às terras Cinta Larga, acompanhado da Subprocuradora Geral da República, Dra. Ella Volkmer de Castilho, de representantes de entidades indígenas e da Funai, além da indigenista Maria Inês S. Hargreaves. Leroy produziu um relatório e enviou em 9/12 aos governos federal, estadual e demais interessados, alertando para a gravidade da situação dos Cinta-Larga.

2004

No dia 8 de Março a PF prendeu 15 pessoas por envolvimento na compra ilegal de diamantes das terras cinta larga. Entre elas estavam o delegado da Polícia Civil em Espigão D'Oeste, um agente da PF, um servidor do Incra, alguns "empresários" e Marcos Glikes, considerado o maior comprador de pedras da TI Roosevelt. Os agentes apreenderam R\$ 100 mil em dinheiro, carros e documentos.

No dia seguinte, a Polícia Federal iniciou uma greve "por tempo indeterminado", fazendo com que a precária fiscalização das áreas de garimpo dos Cinta Larga ficasse praticamente nula e paralisando totalmente as ações contra contrabandistas de diamantes em Rondônia.

7 de Abril é a data provável do assassinato dos 29 garimpeiros dentro da TI Roosevelt. Os corpos foram encontrados em forte estado de putrefação e houve grande dificuldade de realizar o reconhecimento.

Em 10 de Abril, o professor Marcelo Cinta Larga e 4 menores Cinta Larga foram retirados de um taxi, por garimpeiros às 12:00 e levados para o meio da praça de Espigão D'Oeste. Mesmo sem ter qualquer ligação com o garimpo, Marcelo foi espancado, violentado e amarrado a uma árvore, em resposta ao assassinato dos garimpeiros na semana anterior. Marcelo ficou

em poder dos garimpeiros por mais de 10 horas até conseguir ser libertado pela PM e levado para Ji-Paraná, sob escolta.

No dia 11 de Abril se deu a retirada dos corpos dos três garimpeiros assassinados no dia 07. Dois dias depois, o comando nacional de greve da PF liberou todos os policiais que atuam no estado de Rondônia para participar das buscas aos corpos no interior da TI Roosevelt. **Depois de uma semana de procura e muitas denúncias por parte dos garimpeiros, a Superintendência da Polícia Federal confirma que mais 26 corpos foram encontrados na TI, somando um total de 29 mortes.**

Em 29 de Abril, os Cinta Larga denunciaram à Funai uma nova invasão de garimpeiros na TI Roosevelt.

No dia 18 de maio foi assassinado com dois tiros nas costas Moisés Cinta Larga, de 14 anos, em Espigão D'Oeste, em uma emboscada a menos de dois Km da TI Roosevelt.